

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

HUGO SERGIO MARQUES JUNIOR

**PERÍCIA CONTÁBIL: uma pesquisa a partir dos principais congressos em
Ciências Contábeis entre os anos de 2002 a 2011.**

**FLORIANÓPOLIS
2012**

HUGO SERGIO MARQUES JUNIOR

**PERÍCIA CONTÁBIL: uma pesquisa a partir dos principais congressos em
Ciências Contábeis entre os anos de 2002 a 2011.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de Santa Catarina –
UFSC como um dos pré – requisitos para
obtenção do grau de bacharel em Ciências
Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Murilo Petri

**FLORIANÓPOLIS
2012**

HUGO SERGIO MARQUES JUNIOR

**PERÍCIA CONTÁBIL: uma pesquisa a partir dos principais congressos em
Ciências Contábeis entre os anos de 2002 a 2011.**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota _____, atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo mencionados.

Florianópolis, SC.

Professor Dr. Irineu Afonso Frey
Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Prof. Dr. Sergio Murilo Petri
Orientador

Prof. Nivaldo João dos Santos
Membro

Prof. João Henrique Costa
Membro

Florianópolis, 27 de novembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde, perseverança e sabedoria para realizar esta tarefa.

A toda minha família e em especial a minha mãe, aos meus avós, ao meu irmão, e a meu sobrinho por todo amor e compreensão.

A minha namorada por todo amor, carinho, companheirismo e amizade.

A todos os meus colegas de curso e a todos os professores pelo apoio e incentivo.

Em especial ao meu Professor Orientador, Dr. Sergio Murilo Petri, por todo o conhecimento e sabedoria a mim repassados.

“Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha.”

Confúcio

RESUMO

MARQUES JUNIOR, Hugo Sergio. **PERÍCIA CONTÁBIL: uma pesquisa a partir dos principais congressos em Ciências Contábeis entre os anos 2002 a 2011.** 2012, 51 páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis

No presente trabalho buscou-se apresentar os temas relativos à perícia contábil, nos principais congressos brasileiros de contabilidade conforme a classificação Qualis da CAPES (E1 ou E2). Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de apresentar os resultados de uma pesquisa realizada nos principais congressos ocorridos na área contábil entre os anos de 2002 a 2011 a cerca da temática perícia contábil. A presente pesquisa enquadra-se como uma pesquisa descritiva com tipologia qualitativa. Descritiva, pois tem escopo principalmente em descrever as características bem como os assuntos mais abordados nos trabalhos acadêmicos publicados na área de perícia contábil. É qualitativa por possibilitar ao pesquisador analisar os dados individualmente e de forma mais profunda em relação ao fenômeno estudado. Em relação aos procedimentos para coleta dos dados a pesquisa enquadra-se como uma pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias. Estes dados foram coletados por meio da rede mundial de computadores, nos anais dos principais congressos brasileiros de ciências contábeis, bem como em outros meios digitais. Obteve-se como resultado certa disparidade entre a quantidade de artigos publicados em determinados congressos e também os temas abordados nestes. Concluiu-se, dentre outras coisas, que em alguns congressos, como o Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, em todas as suas edições nenhum artigo de perícia foi publicado.

Palavras-chave: Perícia Contábil. Perito Contábil. Laudo Pericial.

LISTA DE QUADROS

Quadro1 - Quadro comparativo Perito Contador – Perito Contador Assistente

Quadro 2 – Congresso USP e Congresso USP de Iniciação Científica

Quadro 3 – Congresso da Associação Nacional de Pós – graduação e pesquisa em Administração – ANPAD

Quadro 4 – Congresso Brasileiro de Custos – CBC

Quadro 5 – Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós – graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT

Quadro 6 – Congresso Brasileiro de Contabilidade

Quadro 7 – Congresso Brasileiro de Contabilidade

Quadro 8 – Congresso Brasileiro de Contabilidade

Quadro 9 – Congresso UFSC de Controladoria e Finanças

Quadro 10 – Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade

LISTA DE SIGLAS

ANPAD – Associação Nacional de Pós – graduação e Pesquisa em Administração

ANPCONT – Associação Nacional dos Programas de Pós – graduação em Ciências Contábeis

CBC – Congresso brasileiro de Custos

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CPC – Código de Processo Civil

CPI's – Comissões Parlamentares de Inquérito

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema e Problema.....	11
1.2 Objetivos da Pesquisa	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	12
1.3 Justificativa	12
1.4 Metodologia da Pesquisa	13
1.4.1 Caracterização da Pesquisa	13
1.4.2 Coleta e Análise de dados	14
1.5 Delimitação da Pesquisa.....	14
1.6 Organização do Trabalho.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Conceito, Origem e Evolução da Perícia	16
2.2 Prova pericial	18
2.3 Perícia Contábil.....	18
2.3.1 Perícia Judicial.....	19
2.3.2 Perícia Semijudicial.....	20
2.3.3 Perícia Extrajudicial	20
2.3.4 Perícia Arbitral	21
2.4 Perito Contábil e Perito Contador Assistente	21
2.5 Laudo Pericial Contábil	23
2.6 Fases da Perícia Judicial	24
2.7 Ética na Perícia Contábil.....	24
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
3.1 Apresentação dos Dados.....	26
3.2 Análise dos Dados	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
4.1 Conclusões	34
4.2 Limitações de Pesquisa	34
4.3 Recomendações para Trabalhos Futuros	35
REFERÊNCIAS.....	36
ANEXOS	38

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, como ciência social que é, estuda o comportamento do patrimônio das entidades, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômica e financeira que afetam para mais ou para menos os bens e direitos das entidades (Marion, 2004; Ludícibus, 2003) A ciência contábil divide-se em vários ramos e especialidades abrindo, desta forma, diversas oportunidades de trabalho para os profissionais formados nesta área do conhecimento.

O profissional da área contábil pode atuar como empregado de pessoas jurídicas, consultor, profissional liberal, auditor, perito contábil, dentre outras. Como perito judicial, atua como auxiliar da justiça fornecendo informações técnicas de natureza contábil buscando auxiliar o magistrado na resolução de determinado litígio.

Para Sá (1997, p. 14)

“Perícia contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário a opinião”.

Complementa Alberto (1996, p. 48)

“A perícia contábil é um instrumento técnico-científico de constatação, prova ou demonstração, quanto à veracidade de situações, coisas ou fatos oriundos das relações, efeitos e haveres que fluem do patrimônio de quaisquer entidades”.

A perícia contábil pode ser extrajudicial, judicial, arbitral e semijudicial. A perícia extrajudicial é aquela realizada sem a interferência do Judiciário, por necessidade e escolha de entes físicos e jurídicos privados (Alberto, 2007 p. 54). Já a perícia judicial, é realizada dentro dos ritos do poder judiciário e com regras específicas.

1.1 Tema e Problema

O perícia judicial é atualmente um dos ramos do profissional das ciências contábil que mais cresce e uma das áreas com melhores perspectivas de ganhos para os contadores. São quatro as espécies de perícias contábeis: perícia judicial, extrajudicial, arbitral e semijudicial, de acordo com Lima e Araújo (2012).

Diante do exposto, fazemos a seguinte pergunta de pesquisa: quais são as pesquisas apresentadas de perícia contábil nos principais congressos brasileiros conforme a classificação Qualis/CAPES (E1 ou E2) de 2002 até 2011?

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em identificar nos principais congressos brasileiros – conforme a classificação Qualis da CAPES (E1 ou E2) os resultados de uma pesquisa realizada nos seguintes congressos: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Congresso USP de Iniciação Científica, Congresso da Associação Nacional de Pós – graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, Congresso da Associação Brasileira de Custos – Congresso brasileiro de Custos – CBC, Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós – graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT, Congresso Brasileiro de Contabilidade, Congresso UFSC de Controladoria de Finanças; e Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que se pretende alcançar com o presente estudo, são:

- ✓ Levantar dados nos principais congressos brasileiros conforme a classificação Qualis da CAPES (E1 ou E2) por meios eletrônicos nas pesquisas em perícia contábil de 2002 até 2011.
- ✓ Descrever os assuntos mais abordados nos trabalhos acadêmicos deste ramo da ciência contábil;
- ✓ Apresentar qual (is) congresso (s) teve aprovados trabalhos de perícia.

1.3 Justificativa

A perícia contábil judicial auxilia na decisão dos magistrados, contribuindo para esclarecer dúvidas e responder a interrogações das partes e dos juízes. A perícia judicial contábil pode ser realizada em diversas áreas da sociedade, desde que estejam presentes controvérsias de origem patrimonial.

O código de processo civil, vigente a partir de janeiro de 2003, em seu livro III – Dos fatos Jurídicos, Título V – Da prova, Art. 212, quanto aos meios de prova, assim dispõe (Ornelas, 2009 p. 30):

Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:

- I – confissão;
- II – documento;
- III – testemunha;
- IV – presunção;
- V – perícia.

Conforme (Alberto, 2002) “dentre essas controvérsias pode-se citar: avaliações, verificações e apreciações de haveres em ações de alimentos, ações de inventário, dissolução de sociedade, desapropriação, reclamação trabalhista e fundo de comércio”.

Por esta razão, faz-se necessário realizar uma pesquisa nos principais congressos brasileiros conforme a classificação Qualis da CAPES (E1 ou E2), identificando os possíveis temas de pesquisas em perícia judicial apresentados.

1.4 Metodologia da Pesquisa

O enquadramento metodológico são as escolhas realizadas pelo pesquisador quando da realização de um trabalho científico.

Segundo Richardson (1999, p. 22) “método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo”.

Para Beuren (2003, p. 54) “O rigor científico da pesquisa e a qualidade dos resultados do estudo dependem da correta definição dos métodos e procedimentos a serem adotados para a observação e a coleta dos dados, a mensuração das variáveis e as técnicas de análise dos dados”.

1.4.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa tem seu conteúdo baseado no levantamento dos trabalhos acadêmicos publicados nos principais congressos de contabilidade realizados no Brasil entre os anos de 2002 a 2011. Tal pesquisa se propõe a levantar os dados recentes em bibliografias e meios eletrônicos especificamente dos trabalhos publicados na área da perícia contábil, bem como descrever os assuntos mais abordados nos trabalhos acadêmicos deste importante ramo da ciência contábil.

A presente pesquisa apresenta-se como uma pesquisa descritiva com tipologia qualitativa. Descritiva, pois tem escopo principalmente em descrever as características bem como os assuntos mais abordados nos trabalhos acadêmicos publicados na área da perícia contábil. E qualitativa por possibilitar ao pesquisador analisar os dados individualmente e de forma mais profunda em relação ao fenômeno estudado. Em relação aos procedimentos para coleta dos dados a pesquisa enquadra-se como pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias uma

vez que foi realizada principalmente em artigos de congressos científicos os quais são contribuições publicadas sobre o tema em estudo.

1.4.2 Coleta e Análise de dados

Os dados para o presente trabalho foram obtidos mediante pesquisa exploratória em meios eletrônicos bem como nos anais dos seguintes congressos entre os anos de 2002 a 2011, utilizando as palavras-chave Perícia Contábil, Perito Contábil, Assistente Técnico, Laudo Pericial, Parecer Pericial.

- ✓ Congresso USP de Controladoria e Contabilidade;
- ✓ Congresso USP de Iniciação Científica em Controladoria e Contabilidade;
- ✓ Congresso da Associação Nacional de Pós – graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD
- ✓ Congresso da Associação Brasileira de Custos – Congresso brasileiro de Custos – CBC
- ✓ Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós – graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT;
- ✓ Congresso Brasileiro de Contabilidade – CBC;
- ✓ Congresso UFSC de Controladoria de Finanças; e
- ✓ Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade.

1.5 Delimitação da Pesquisa

Conforme descrito anteriormente, este trabalho acadêmico se propõe a levantar em meios eletrônicos e bibliográficos, os artigos publicados entre os anos de 2001 a 2011 nos principais congressos brasileiros conforme a classificação Qualis da CAPES (E1 ou E2).

Considerando a extensão e a complexidade do assunto abordado nesta monografia, a pesquisa limitar-se-á a descrever quais os assuntos mais abordados nos trabalhos referentes ao tema perícia contábil nos seis p principais congressos

brasileiros conforme a classificação Qualis da CAPES (E1 ou E2) realizados no Brasil entre os anos de 2002 a 2011.

1.6 Organização do Trabalho

Este trabalho monográfico organiza-se da seguinte forma: no primeiro capítulo apresenta-se a introdução, o tema e o problema, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a metodologia, a delimitação da pesquisa e a organização do trabalho.

No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica a qual aborda o conceito de perícia, sua origem e evolução, apresenta também um breve histórico sobre a perícia contábil, seus principais objetivos, os tipos mais comuns de perícias realizadas pelos peritos contadores, a definição de prova pericial, de perito contador e de assistente técnico e de laudo pericial contábil.

Em seguida o trabalho aborda os aspectos relativos às fases da perícia judicial, e o capítulo termina abordando questões referentes à ética no trabalho pericial. Posteriormente, no terceiro capítulo, são apresentados e analisados os dados da pesquisa.

No quarto e último capítulo, são feitas as considerações finais deste trabalho acadêmico apontando as limitações da pesquisa e finalizando com as recomendações para futuros trabalhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentado todo o embasamento teórico necessário para o correto entendimento deste trabalho.

Desta forma, serão abordados o conceito de perícia, sua origem e evolução, será apresentado um breve histórico sobre a perícia, bem como seus objetivos, seus tipos mais comuns, a definição de prova pericial, de perito contábil e perito contador assistente e de laudo pericial contábil.

Em seguida serão descritas as fases da perícia judicial e os aspectos relativos à ética no trabalho pericial.

2.1 Conceito, Origem e Evolução da Perícia

A palavra perícia é originária do latim: *“perítia”* que significa conhecimento, experiência (Figueiredo. 1999 p. 55) A função pericial é aquela realizada por pessoa experiente, hábil, que tem perícia em certo assunto, o qual examina as coisas e os fatos, respeitando sua autenticidade e opinando sobre as causas e efeitos da matéria examinada.

A perícia existe desde os mais remotos tempos da humanidade (Alberto 1996). Desde o início da civilização, observam-se indícios do surgimento da perícia quando o líder dos bandos primitivos desempenhava os papéis de legislador, juiz e executor (Alberto. 2007). Também na Grécia antiga e no Egito, há vestígios de perícia nos antigos registros das instituições jurídicas, que naquela época já eram compostas por pessoas com conhecimentos especializados.

Contudo, a figura do perito ficou definida no direito Romano quando o laudo do perito passou a constituir a própria sentença. No Brasil, segundo De Sá (1997. p. 13)

“no tempo do Brasil Colônia, relevante já era a função contábil e das perícias, conforme se encontra claramente evidenciado no Relatório de 19 de junho de 1779 do Vice-rei Marquês do Lavradio a seu sucessor Luís de Vasconcelos e Souza (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)”.

No início deste século, por volta de 1921 no Rio de Janeiro, com a publicação do livro “Perícia em Contabilidade Comercial”, coube ao saudoso contabilista João

Luiz dos Santos, a publicação do primeiro trabalho sobre perícia realizado em nosso país (Gonçalves, 1967). A Perícia Contábil Judicial foi introduzida no Brasil pelo Código de Processo Civil de 1939, em seus artigos 208 e 254, que regulavam a Perícia, a nomeação do perito pelo juiz e indicação pelas partes.

Segundo Magalhães, “foi, no entanto, com o ‘segundo’ Código de Processo Civil – lei nº 5.879/73 – com as modificações que lhe foram dadas pelas leis complementares ao CPC, que as perícias judiciais foram premiadas com uma legislação ampla, clara e aplicável”. No âmbito do Conselho Federal de Contabilidade, Magalhães et. al. (2009:3) aduzem que “em 1946, com o advento do Decreto lei nº 9.295/46 (que criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do contador), que se pode dizer institucionalizada a perícia contábil no Brasil”.

Contudo, somente em 1992, o Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 731/92, aprovou a primeira norma específica sobre Perícia Contábil, a NBC T 13, a qual em seu item 13.1.1 assim definiu Perícia Contábil “A perícia contábil é o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de laudo sobre questões contábeis, mediante exame, vistoria, investigação, arbitramento, avaliação ou certificação”.

Tal normal foi recentemente reformulada em 2009, através da Resolução CFC Nº 1.243/09 que aprova a NBC TP 01 – Perícia Contábil, que em seu item dois (2), trás uma definição mais ampla sobre Perícia Contábil:

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente

Convém ressaltar que esta nova definição introduzida pela resolução CFC 1.243/09 é mais abrangente e completa quando deixa claro que o trabalho do perito é “levar a instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato”.

2.2 Prova pericial

Genericamente, prova é aquilo que nos convence acerca de um fato ou de uma circunstância. É forma de demonstrar a existência, autenticidade e veracidade de um fato ou ato. Juridicamente ela é o meio de tentar convencer o julgador da existência de um fato em que se baseia o direito daquele que a apresenta.

De acordo com Zanna (2007, pg. 54) “a prova é algo material ou imaterial, através da qual, o indivíduo se convence a respeito de uma verdade ou de sua ausência”. Nos processos judiciais as provas admitidas pela legislação brasileira são: depoimento pessoal, confissão, exibição (de documento ou coisa), testemunho, inspeção judicial, perícia.

A perícia é a mais importante das provas. Para Alberto (2007, pg. 19) “ela tem o propósito de esclarecer ou complementar as provas já disponibilizadas ao juízo, ou tomá-las como uma de suas premissas ou ainda se contrapor tecnicamente àquelas”.

Segundo o art. 420 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil, a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação os quais também são denominadas de procedimentos ou técnicas de execução da perícia.

2.3 Perícia Contábil

A perícia contábil como instrumento de prova é utilizada para identificar a verdade dos fatos ocorridos entre as partes em determinada contenda, conforme definido pela Resolução CFC Nº 1.243/09 que aprova a NBC TP 01 – Perícia Contábil que foi citada anteriormente.

Os campos de atuação da perícia contábil são muito variados, situando-se, em linhas gerais, no que podemos chamar de macro-campos, judicial e extrajudicial (Alberto. 1996)

Ornelas (2008, p. 33) destaca que a perícia contábil “inscreve-se num dos gêneros de prova pericial, ou seja, é uma das provas técnicas à disposição das

pessoas naturais ou jurídicas, servindo como meio de prova de determinados fatos contábeis ou de questões contábeis controversas”

Para Sá (2010, pg. 4),

perícia contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião.

De forma simples, podemos inferir que a perícia contábil é o trabalho realizado por profissional da área contábil, altamente especializado, visando esclarecer fatos obscuros ligados as mais diversas relações humanas, que envolve disputas por algum tipo de patrimônio.

Segundo Alberto (2000), “a perícia possui espécies distintas, as quais são identificáveis e conceituadas de acordo com os ambientes que atua”. Os ambientes de atuação do perito estão relacionados à esfera judicial, a esfera extrajudicial, a esfera arbitral e a esfera semijudicial.

2.3.1 Perícia Judicial

A Perícia Contábil Judicial, como o próprio nome diz, é aquela que é requisitada pelo juiz de direito e acontece no âmbito do poder judiciário. Tal espécie de perícia tem o intuito de dar subsídios ao Magistrado visando esclarecê-lo sobre determinado assunto contábil que foge do conhecimento deste.

Para Sá (2010, pg. 63),

perícia contábil é a que visa servir de prova, esclarecendo o juiz sobre assuntos em litígio que merecem seu julgamento, objetivando fatos relativos ao patrimônio azidental ou de pessoas. Ela se torna imprescindível quando o que se discute depende de opinião especializada.

2.3.2 Perícia Semijudicial

A perícia semijudicial é a espécie de perícia que realizada no âmbito policial, como nos inquéritos policiais, parlamentares, como nas CPI's, e administrativo-tributária, no caso das administrações públicas.

Para Alberto (2002), “a perícia judicial tem como finalidade maior servir de prova nos ordenamentos institucionais normais”.

Ou seja, perícia semijudicial ocorre no meio Estatal e esta sujeita a regras regimentais e legais e é semelhante à perícia judicial.

2.3.3 Perícia Extrajudicial

A perícia extrajudicial é realizada fora do âmbito judicial por necessidade ou escolha de uma ou ambas as partes sem interferência do Estado. É geralmente contratada para esclarecer e elucidar fatos relacionados a patrimônios em disputa sejam eles pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas.

De acordo com Alberto (2002, pg. 54), perícia extrajudicial, “é aquela realizada fora do Estado, por necessidade e escolha de entes físicos e jurídicos particulares – privados, vale dizer – no sentido estrito, ou seja, não submetíveis a outra pessoa encarregada de arbitrar a matéria conflituosa”.

Nesta esfera de atuação, o perito pode atuar em casos como na integralização de bens ao capital por meio de avaliações dos mesmos, realizar exames de livros, documentos e sistemas contábeis quando da realização de uma fusão, cisão ou incorporação.

2.3.4 Perícia Arbitral

Perícia arbitral é aquela realizada no recinto do juízo arbitral, ou seja, é a perícia realizada em uma instância decisória criada por vontade das partes e não requerida pelo magistrado, porém tem valor de perícia judicial.

Em seus ensinamentos, Muller, Antonik e Ferreira Jr. (2007) afirmam que “a perícia arbitral é realizada por um perito e, embora não sendo judicialmente determinada, tem valor de perícia judicial, mas de natureza extrajudicial, pois as partes litigantes escolhem as regras que serão aplicadas na arbitragem”.

Portanto, a arbitragem é um método extrajudicial para a solução dos mais diversos conflitos na qual o árbitro desempenha função muito semelhante a do juiz de direito.

2.4 Perito Contábil e Perito Contador Assistente

Nos ensinamentos de Ornelas (2009: pg. 43), este assim define a função pericial contábil:

“o exercício profissional da função pericial contábil realiza-se sob duas formas de atuação técnica. A primeira oportunidade surge quando o profissional contábil, de nível superior, ou equiparado, é nomeado pelo magistrado para assumir o encargo de perito judicial. Outra forma de atuação ocorre quando o profissional contábil é indicado pela parte para funcionar como assistente técnico”

Segundo Hoog (2007, p. 59), Perito Contador Judicial é “o profissional de nível superior, especializado em matéria fisco-contábil, que revela atos e fatos entranhados no patrimônio. Ilumina os leigos e será nomeado pelo juiz”. Por outro lado, o perito contador assistente ou assistente técnico é o profissional de nível superior, nomeado pela parte litigante e de confiança desta.

O profissional que deseja atuar como Perito, seja perito contábil ou perito assistente técnico, tem o dever de ser profundo conhecedor da matéria em litígio, deve ter saber técnico-científico, ter capacidade profissional, deter o conhecimento dos ritos processuais, e, acima de tudo, ter virtudes morais e éticas com pleno compromisso em trazer a verdade dos fatos à tona.

Buscando revelar a verdade dos fatos, ao termino de seu trabalho, o perito lavra o Laudo Pericial Contábil Judicial o qual é elaborado em cumprimento à determinação judicial. Findo o trabalho do perito, de acordo com Ornelas (2009, pg. 104)

“o perito na função de assistente técnico é responsável pela oferta de parecer pericial contábil, ou seja, oferece por meio de trabalho próprio, sua opinião técnica, crítica ou concordante, a respeito do laudo pericial contábil oferecido pelo perito judicial”.

Quadro 1 - Comparativo Perito Contador – Perito Contador Assistente

PERITO CONTADOR	PERITO CONTADOR ASSISTENTE
1. Nomeado pelo juiz;	1. Indicado pela parte;
2. Contador legalmente habilitado;	2. Contador legalmente habilitado;
3. Sujeito a impedimento ou suspeição, previstas no CPC;	3. Não esta sujeito ao impedimento previsto no CPC;
4. Recebe honorários mediante alvará expedido pela justiça;	4. Recebe seus honorários da parte que o contratou;
5. Prazo para entrega dos trabalhos determinado pelo juiz;	5. Prazo de 10 dias para opinar sobre o laudo pericial;
6. Profissional de confiança do juiz.	6. Profissional de confiança da parte.

Fonte: Adaptado de Hoog (2010, pg.68)

Conforme o quadro acima, ambos os profissionais têm a mesma prerrogativa. Ressalta-se que o assistente técnico não esta sujeito aos casos de impedimento previstos no CPC para o perito.

2.5 Laudo Pericial Contábil

Laudo Pericial Contábil é a materialização do trabalho do perito, sob forma de documento escrito, onde este apresenta de forma completa suas conclusões acerca das questões submetidas a sua avaliação. Segundo Sá (2010, pg. 42)

A manifestação literal do perito sobre fatos patrimoniais devidamente circunstanciados gera a peça tecnológica denominada laudo pericial. É o julgamento ou pronunciamento, baseado nos conhecimentos que tem o profissional da contabilidade, em face de eventos ou fatos que são submetidos a sua apreciação

Contudo, no momento da apresentação do laudo, este deve conter no mínimo, os seguintes itens, de acordo com a resolução CFC nº 1.243/09 que aprova a NBC TP 01:

- a) identificação do processo e das partes;
- b) síntese do objeto da perícia;
- c) metodologia adotada para os trabalhos periciais;
- d) identificação das diligências realizadas;
- e) transcrição e resposta aos quesitos: para o laudo pericial contábil;
- f) transcrição e resposta aos quesitos: para o parecer pericial contábil, onde houver divergência, transcrição dos quesitos, respostas formuladas pelo perito-contador e as respostas e comentários do perito-contador assistente;
- g) conclusão;
- h) anexos;
- i) apêndices;
- j) assinatura do perito: fará constar sua categoria profissional de contador e o seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade, comprovada mediante Declaração de Habilitação Profissional - DHP. É permitida a utilização da certificação digital, em consonância com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

Pode-se concluir que o laudo é a materialização do trabalho de pessoa legalmente habilitada por conselho de classe, que objetiva expressar suas pesquisas referentes aos assuntos, ou quesitos em questão, de forma impessoal, imparcial e organizada, chegando às suas conclusões mediante exame de documentos, averiguações, testemunhos e outros.

2.6 Fases da Perícia Judicial

Conforme os ensinamentos de (Sá, 2002) a perícia judicial divide-se em três fases: preliminar, operacional e final.

Na fase preliminar a perícia é solicitada ao juiz pela parte interessada na mesma, nessa fase o juiz defere a perícia e escolhe seu perito; As partes formulam quesitos e indicam seus assistentes; O perito é nomeado pelo Magistrado, propõem seus honorários e requer o depósito dos mesmos, o Juiz estabelece prazo, local e hora para início da perícia.

Na fase seguinte, ou seja, operacional, inicia-se efetivamente a perícia com diligências, averiguações, tomada de depoimento, cálculos em fim tudo que for necessário para a apuração e conclusão dos trabalhos e elaboração do laudo.

Por último tem-se a fase final que consiste na assinatura do laudo, entrega através de petição protocolada junto ao juízo ao qual o processo esteja vinculado, levantamento dos honorários e caso seja necessário serão prestados os devidos esclarecimentos conforme determina o Código de Processo Civil.

2.7 Ética na Perícia Contábil

Etimologicamente, ética deriva do grego *ethikós*, chegando à língua portuguesa por intermédio do latim *ethicu*, para significar o estudo dos juízos de apreciação que se refere à conduta humana (Guerreiro, 1995).

Diversas são as definições de ética e todas se relacionam com a moral e o comportamento irrepreensível do homem na busca de seus objetivos os quais podem ser de âmbito profissional ou pessoal. Tradicionalmente, a ética é entendida como um estudo ou reflexão científica ou filosófica sobre os costumes e as ações humanas. (Pires: 2006)

Segundo o art. 5º do Código de Ética do Profissional de Contabilidade, cuja redação dispõe sobre os aspectos éticos relativos ao Contador quando este exerce a função de Perito, Assistente Técnico, Auditor ou Árbitro, o Contador quando estiver exercendo tais atividades deve:

- I – Recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida;
- II – Abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo;
- III – Abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos; e
- IV – Considerar com imparcialidade o pensamento exposto em laudo submetido a sua apreciação.

O respeito à ética deve e tem que estar implícito no exercício de qualquer profissão, mas especialmente na Profissão Contábil. Não somente por envolver interesses ligados ao patrimônio alheio, cujos fenômenos registramos, analisamos, interpretamos e sobre os quais damos informações e orientação, as quais são muitas vezes imprescindíveis para a maioria das empresas, mas por envolver toda a sociedade.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados e analisados os dados coletados nesta pesquisa baseada no levantamento dos trabalhos acadêmicos publicados nos principais congressos de contabilidade realizados no Brasil entre os anos de 2002 a 2011.

3.1 Apresentação dos Dados

Quadro 2 – Congresso USP e Congresso USP de Iniciação Científica

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO
USP Congresso	2002	-	-
	2003	-	-
	2004	-	-
	2005	-	-
	2006	Marcelo F. Nogueira, Ivam R. Peleias, Claudio Parisi e Martinho M. G. de Ornelas	Otimização do <i>mix</i> operacional de um escritório de perícias: uma aplicação de programação linear
	2007	Idalberto José das Neves Jr. Anderson Guedes dos Santos – UCB	Um estudo sobre a utilização de pedidos de esclarecimento como estratégia na Perícia Contábil na visão de magistrados e peritos contadores do Distrito Federal
	2008	-	-
	2009	-	-
	2010	-	-
	2011	-	-
USP Iniciação	2004	Andressa Kely de Medeiros, Lucicleia de M. Sergio, Ducineli Régis Botelho	A importância da auditoria e perícia para o combate a fraudes e erros na contabilidade das empresas
	2005	Thaís Alves Medeiros , Idalberto José das Neves Jr.	A qualidade do laudo pericial elaborado pelo perito contador na visão de magistrados do Rio de Janeiro e de Brasília

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 3 – Congresso USP e Congresso USP de Iniciação Científica

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO
USP Iniciação	2006	Terezinha B. Cestare, Ivam R. Peleias, Martinho M. G. de Ornelas	O laudo Pericial Contábil e sua adequação às normas do Conselho Federal de Contabilidade e à doutrina: um estudo exploratório
	2007	Idalberto J. das Neves Junior e Silvana Alves da Silva	Proposições ao ensino da Perícia Contábil no Distrito Federal
	2008	-	-
	2009	-	-
	2010	Luiz R. D. Leitão Jr, Vilma G. Slomski, Janete de F. Mendonça e Ivam R. Peleias	A informação contábil no âmbito da magistratura: a percepção de juízes sobre o papel do laudo pericial no processo de tomada de decisão judicial
	2011	-	-

Fonte: elaborado pelo autor

Após levantar os dados dos congressos realizados pela Universidade de São Paulo – USP das pesquisas realizadas em perícia contábil de 2002 a 2011 constatou-se que neste congresso, apenas nos anos de 2006 e 2007 houve trabalhos publicados na área de perícia.

Já no congresso USP de iniciação científica em contabilidade, desde a sua primeira edição realizada no ano de 2004, praticamente em todos os anos analisados foram publicados trabalhos na área de perícia com exceção dos anos de 2008, 2009 e 2011. Dos trabalhos publicados neste congresso, aproximadamente 60% abordaram o tema laudo pericial contábil.

Quadro 4 – Congresso da Associação Nacional de Pós – graduação e pesquisa em Administração – ANPAD

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO
ANPAD	2002	-	-
	2003	-	-
	2004	-	-
	2005	Edilson Paulo Jacqueline V. A. da Cunha Roberta C. de Alencar Eliseu Martins	As Práticas dos Peritos Contadores na Apuração de Haveres
	2006	-	-
	2007	-	-
	2008	-	-
	2009	-	-
	2010	-	-
	2011	Marcelo Á. da Silva Macedo, André L. C. Cavalcanti, Elisângela B. Ribeiro, Moacénira C. da Silva	Perícia Contábil na Justiça do Trabalho: estudo sobre a qualidade e relevância do trabalho do perito contador, a partir da opinião de juízes que atuam na primeira instância da Justiça do Trabalho

Fonte: elaborado pelo autor

A exemplo do congresso USP, no congresso da Associação Nacional de Pós – graduação e pesquisa em Administração – ANPAD realizado anualmente, o número de trabalhos publicados também foi pequeno: apenas nos anos de 2005 e 2011.

Quadro 5 – Congresso Brasileiro de Custos – CBC

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO
Brasileiro de Custos	2002	-	-
	2003	-	-
	2004	-	-
	2005	-	-
	2006	-	-
	2007	-	-
	2008	-	-
	2009	Ananias Francisco dos Santos, Rita Buzzi Rausch	Perícia Contábil na Revista Brasileira de Contabilidade: uma análise bibliométrica do período de 1992 a 2008
	2010	Karina Zucolotto, Franklin dos Santos Moura	Uma Contribuição a Identificação dos Custos da Qualidade na Realização de Perícia Contábil Judicial
	2011	-	-

Fonte: elaborado pelo autor

No congresso Brasileiro de Custos – CBC, até o ano de 2008, não havia sido publicado nenhum trabalho relativo à perícia. Contudo, em 2009 e 2010 aconteceram as únicas publicações periciais no período analisado.

Quadro 6 – Associação Nacional dos Programas de Pós – graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO
ANPCONT	2007	-	-
	2008	-	-
	2009	-	-
	2010	-	-
	2011	-	-

Fonte: elaborado pelo autor

No congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós – graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT, o qual teve sua primeira edição realizada no ano de 2007, em todos os anos pesquisados nunca houve publicação de um artigo na área de perícia contábil.

Quadro 7 – Congresso Brasileiro de Contabilidade – CBC

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO	PALAVRAS-CHAVE
Brasileiro de contabilidade – CBC	2004	Ana Maria de Oliveira Rosa	Aspectos Éticos Relativos à Atividade Pericial Contábil	-
		Carlos Alberto Serra Negra; Elizabete Marinho S. Negra; Marco A. Amaral Pires; Mariano Yoshitake;	Metodologia de Elaboração de Um Laudo Pericial Contábil	-
		Elizabete Marinho Serra Negra Marco Antonio Amaral Pires	Juros na Tabela Price: uma discussão no âmbito da Pericial Contábil	Contabilidade; Perícia Contábil; Amortização; Capitalização; Tabela Price
		Claudia Reis Barbalho Everaldo Luiz de Oliveira	A Qualidade do Laudo na Perícia Judicial Contábil	Prova; perícia; qualidade.
		Joana D'arc Medeiros Martins; Adriana Isabel Backes Steppan; Aneide de Oliveira Araújo	Atuação do Perito Contador nas Varas Cíveis de Natal/Rn – uma Abordagem Ética e Social	O Perito, Perícia Contábil , Abordagem Ética e Social
		Fernando Batista Coutinho Filho, Alan Aparecido Siqueira Souza	Análise da Reavaliação de Ativos e seus Aspectos em Relação ao Anteprojeto de lei 6404/76 É de Perícia? Ver resumo.	-
		Regina Aparecida Neumann, José Carlos Melchior Arnosti,	Laudo Pericial Contábil: ferramenta fundamental na tomada de decisão do magistrado	-
		Paulo Cezar Ferreira De Souza	A Perícia Contábil é Profissão?	-

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 8 – Congresso Brasileiro de Contabilidade

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO	PALAVRAS-CHAVE
Brasileiro de contabilidade – CBC	2008	Carlos Felisberto Garcia Martins	Avaliação de Empresas em Apuração de Haveres Judiciais	Avaliação de empresas. Apuração de haveres. Balanço de determinação. Fluxo de caixa descontado.
		Jairo Silva Lima Francisco José de Araujo	O Mercado de Trabalho da Perícia Contábil	Perícia contábil. Mercado de trabalho. Mudanças socioeconômicas.
		Adriano Lourensi Nadia Mar Bogoni Marianne Hoeltgebaum Amélia Silveira	Coerência e Consistência das Projeções do Fluxo de Caixa em Laudos de Avaliação de Empresas É de Perícia? Ver resumo.	Mensuração de valor. Projeções do fluxo de caixa. Laudos de avaliação de empresas.

Fonte: elaborado pelo autor

O Congresso Brasileiro de Contabilidade – CBC realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade a cada quatro anos foi o congresso pesquisado que mais apresentou trabalhos de perícia publicados.

Somente no ano de 2004 foram publicados oito trabalhos, nos quais o tema laudo pericial contábil foi abordado com maior ênfase em relação aos demais.

Quatro anos mais tarde, em 2008, foram publicados três trabalhos sendo que somente um deles tratava do tópico laudo pericial.

Quadro 9 – congresso de Controladoria e Finanças UFSC

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO	PALAVRAS-CHAVE
Controladoria e Finanças UFSC	2005	-	-	-
	2007	Joseilton Silveira da Rocha, Marcia Mineiro de Oliveira	O uso de atividades lúdico-pedagógicas no ensino da perícia contábil	Perícia Contábil. Atividades lúdico-pedagógicas. Ensino. Aprendizagem. Contabilidade
	2009	-	-	-
	2011	Idalberto José das Neves Júnior e Brenna Sâmmya Alves da Costa	Perícia patrimonial: aderência das diretrizes curriculares dos cursos de graduação em ciências contábeis, ciências econômicas e administração de empresas para o desenvolvimento de perícias	Perícia Patrimonial. Perfil do Perito. Diretrizes Curriculares.

Fonte: elaborado pelo autor

Quadro 10 – UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade

CONGRESSO	ANO	AUTOR (RES)	TÍTULO ARTIGO
UFSC de Iniciação Cient. em Contabilidade	2005	-	-
	2007	-	-
	2009	-	-
	2011	-	-

Fonte: elaborado pelo autor

Nos congressos de controladoria e finanças e de iniciação científica em contabilidade, ambos realizados pela UFSC a cada dois anos, apenas o primeiro, o qual é de pós – graduação, apresentou artigo de perícia publicado, um no ano de 2007 e um no ano de 2011.

Tais artigos, em sua plenitude, abordam o tema relacionado ao ensino da perícia contábil.

3.2 Análise dos Dados

Conclui-se na análise desta pesquisa que a maioria dos trabalhos publicados nos congressos pesquisados trata da perícia realizada no âmbito judicial, mais especificamente sobre o tema laudo pericial contábil.

Percebeu-se também, que com exceção da universidade de São Paulo – USP, a maioria dos trabalhos sobre perícias publicados acontecem no âmbito da pós – graduação.

Entre os congressos analisados, o Congresso Brasileiro de Contabilidade – CBC foi o que apresentou o maior número de artigos publicados.

Contudo, nesta pesquisa, não foi possível identificar os motivos que levaram a isto.

Em relação aos congressos da Associação Nacional dos Programas de Pós – graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT e de Iniciação Científica em Contabilidade – UFSC, em ambos os eventos nunca houve publicações de trabalhos relacionados ao tema em análise.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo serão apresentadas as considerações finais deste estudo, as limitações desta pesquisa e as recomendações para trabalhos futuros.

4.1 Conclusões

Com este estudo foi possível o contato com diversos assuntos significativos referentes à perícia contábil. Dentre eles podemos citar os tipos de perícia, os laudos periciais, as atividades realizadas pelos peritos na realização da perícia, dentre outros.

Em relação ao problema de pesquisa, foi possível identificar quais foram as pesquisas apresentadas nos principais congressos brasileiros de contabilidade entre os anos de 2002 a 2011. Quanto aos objetivos, foi possível fazer o levantamento nos principais congressos da área de perícia, mesmo com as limitações apresentadas em alguns sítios na internet.

Quanto aos congressos que tiveram trabalhos de perícia publicados, pode-se constatar quais os assuntos são mais abordados bem como a quantidade de artigos publicados nos mesmos.

Conclui-se neste trabalho que o número de artigos publicados neste ramo tão promissor da ciência contábil ainda é muito pequeno na maioria dos congressos em relação a outros temas relativos às ciências contábeis.

4.2 Limitações de Pesquisa

Quanto às limitações da pesquisa, apresentou-se como um dos principais limitantes a falta de padronização nos *sítes* dos congressos pesquisados.

Outro fator que trouxe dificuldades para a elaboração deste trabalho foi a falta de informações disponíveis on-line em relação aos congressos mais antigos.

Para superar essas limitações, buscou-se fazer pesquisas em outros meios digitais, como o CD, por exemplo, e utilizou-se a ferramenta de consulta do Adobe Flash (Ctrl+ F ou Ctrl + L).

O trabalho se limitou devido ao tempo para sua elaboração de um levantamento Bibliométrico, não sendo possível fazer análise de conteúdo.

4.3 Recomendações para Trabalhos Futuros

Recomenda-se, para futuros trabalhos, quanto ao tema abordado nesta pesquisa, a continuação deste estudo por meio de uma pesquisa nos principais periódicos de contabilidade realizados em âmbito nacional visando identificar os assuntos mais abordados naquelas publicações.

Ressalta-se também a importância de uma pesquisa voltada para linguagem usada nos laudos perícias, a qual muitas vezes mostra-se inadequada para os leigos.

REFERÊNCIAS

1. ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia Contábil**. Atlas, 2007. 3ed
2. _____. **Perícia Contábil**. Atlas, 1996.
3. BEUREN, Ilse Maria; et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
4. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC – T 13 DA Perícia Contábil**. Brasília, 1993
5. FIGUEIREDO, Álvaro Nelson Menezes de. **Roteiro prático das perícias judiciais**. Rio de Janeiro: Forense, 1999
6. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de monografia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
7. GONÇALVES, Reynaldo de Souza. **Contabilidade controlada: auditoria (a fraude e o desperdício)** Rio de Janeiro: Forense 1967
8. HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova pericial contábil: teoria e prática**. 8 ed. Curitiba: Juruá, 2010
9. _____. **Prova pericial contábil: aspectos práticos e fundamentais** 5 ed. Curitiba: Juruá, 2007
10. IUDICIBUS, S., MARION, J. C. **Manual de contabilidade para não contadores**. São Paulo: Atlas, 2004.
11. _____. et. al. FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, atuariais e financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
12. MULLER, Aderbal Nicolas; ANTONIK, Luiz Roberto; Ferreira Junior, Vital. **Cálculos Periciais**. Curitiba: Juruá, 2007.

13. ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia Contábil**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009

14. _____. **Perícia Contábil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995

15. RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª Ed. São Paulo, Atlas, 1999.

16. SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia Contábil**. São Paulo: Atlas, 2002. 5ed

17. _____. **Perícia Contábil**. São Paulo: Atlas, 1997. 3ed

BRASIL, Decreto Lei n. 5869, de 11 de janeiro de 1973 – **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm>. Acesso em: 12 set. 2012.

Congresso Brasileiro de Contabilidade – CBC Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/ocongresso.html>
Acesso em: 21 out. 2012.

Congresso Brasileiro de Custos Disponível em: www.edugraf.ufsc.br/?page_id=41
Acesso em: 29 set. 2012.

Congresso da Associação Nacional de Pós – graduação e pesquisa em Administração – ANPAD Disponível em: <http://www.anpad.org.br/eventos.php>
Acesso em: 20 set. 2012.

Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós – graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT Disponível em: http://www.anpcont.com.br/site/secao.php?id=8&nome_secao=Congressos
Acesso em: 05 out. 2012.

Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Congresso UFSC de Iniciação Cient. em Contabilidade Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/>
Acesso em: 29 set. 2012.

Congresso USP e Congresso USP de Iniciação Científica Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/anais-congressos-anteriores.asp>
Acesso em: 12 jul 2012.

ANEXOS

USP – Congresso – 2007

Um estudo sobre a utilização de pedidos de esclarecimento como estratégia na Perícia Contábil na visão de magistrados e peritos contadores do Distrito Federal

Idalberto José das neves Jr. Anderson Guedes dos Santos

Resumo disponível em - <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos72007/55.pdf>

USP – Congresso – 2006

Otimização do mix operacional de um escritório de pericias: uma aplicação de programação linear

Marcelo F. Nogueira, Ivam R. Peleias, Claudio Parisi e Martinho M. G. de Ornelas

Resumo disponível em - <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos62006/147.pdf>

USP – Iniciação – 2010

A informação contábil no âmbito da magistratura: a percepção de juízes sobre o papel do laudo pericial no processo de tomada de decisão judicial

Luiz R. D. Leitão Jr, Vilma G. Slomski, Janete de F. Mendonça e Ivam R. Peleias

Resumo disponível em - <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/149.pdf>

USP – Iniciação – 2007

Proposições ao ensino da Perícia Contábil no Distrito Federal

Idalberto J. das Neves Junior e Silvana Alves da Silva

Resumo disponível em - <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos72007/53.pdf>

USP – Iniciação – 2006

O laudo Pericial Contábil e sua adequação às normas do Conselho Federal de Contabilidade e à doutrina: um estudo exploratório

Terezinha B. Cestare, Ivam R. Peleias e Martinho M. G. de Ornelas

Resumo disponível em - <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos32006/141.pdf>

USP – Iniciação – 2005

A qualidade do laudo pericial elaborado pelo perito contador na visão de magistrados do Rio de Janeiro e de Brasília

Thaís Alves Medeiros , Idalberto José das Neves Jr.

Resumo disponível em - <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos22005/408.pdf>

USP – Iniciação – 2004

A importância da auditoria e perícia para o combate a fraudes e erros na contabilidade das empresas

Andressa Kely de Medeiros, Lucicleia de M. Sergio, Ducineli Régis Botelho

Resumo disponível em -

http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos12004/an_resumo.asp?cod_trabalho=380

ANPAD – 2011

Perícia Contábil na Justiça do Trabalho: estudo sobre a qualidade e relevância do trabalho do perito contador, a partir da opinião de juízes que atuam na primeira instância da Justiça do Trabalho

Idalberto José das Neves Júnior, André Luiz Cordeiro Cavalcanti, Elisangela Batista Ribeiro, Moacenira Cardoso da Silva

A perícia tem meios de cientificar e elucidar o julgador, orientando-o em suas decisões, uma vez que não se pode esperar que os magistrados sejam cientistas ou técnicos em quaisquer assuntos, visto que há matérias que precisam de esclarecimento e certificação de profissionais merecedores de inteira fé, nos aspectos técnicos, moral, científico e legal. Destarte, a carga que pesa sobre o Juiz é dividida com o Perito que o instrui com a certificação de causas e fatos através das suas qualidades de especialista e requisitos de moralidade e honestidade. A perícia judicial é aquela desenvolvida dentro da esfera judicial, sendo que as maiores demandas de perícia contábil ocorrem na Justiça Federal, na Justiça Estadual e na Justiça do Trabalho. As ações trabalhistas têm foro na Justiça do Trabalho, órgão do Poder Judiciário, conforme o artigo 93 da Constituição Federal. Estas ocorrem, em sua maioria, quando empregados ou empregadores, sentem-se lesados. Grande parte dos casos ocorre na ocasião da rescisão contratual de trabalho, quando não há um acordo pessoal ou coletivo acerca dos direitos que as leis que regem a relação entre empregado e empregador. A partir deste sentimento de lesão, uma das partes propõe litígio à outra parte. Dentro desse contexto, este estudo objetivou conhecer a opinião dos juízes que atuam na primeira instância da Justiça do Trabalho acerca da qualidade e relevância do trabalho desenvolvido pelo perito contábil. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo com 135 juízes da Primeira Instância da Justiça do Trabalho e em todas as regiões do Brasil. Foi utilizada, ainda, a técnica estatística multivariada de análise de clusters para melhor estudo dos casos. Os resultados obtidos nesta pesquisa revelaram que 58% dos entrevistados (juízes) opinaram como bons e indispensáveis o trabalho desenvolvido pelo perito contador e que 71% dos magistrados consideram o trabalho do perito relevante para subsidiar sua decisão. Contudo, foram apresentadas, pelos magistrados, as principais falhas encontradas no trabalho do perito, bem como sugestões de melhoria. Dentre os principais resultados da qualidade e relevância, foi ratificado que o trabalho do perito é essencial para a formação do convencimento do juiz e que o perito responde adequadamente as questões do litígio, utilizando o laudo pericial contábil como ferramenta indispensável para o julgador formar sua convicção. Como contribuição, essa pesquisa possibilita ao perito contador a oportunidade de refletir, conhecer e analisar a opinião que os magistrados possuem sobre o seu trabalho, podendo utilizar essa ferramenta para ampliar seus conhecimentos, identificar possíveis falhas e investir em atualização constante.

ANPAD – 2005

As Práticas dos Peritos Contadores na Apuração de Haveres

Edilson Paulo, Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Roberta Carvalho de Alencar, Eliseu Martins

A resolução societária em função da retirada ou falecimento de um ou mais sócios pode levar a falta de acordo entre as partes, gerando uma demanda judicial. Esse fato necessita de um tipo particular de avaliação de empresas. O presente estudo teve como objetivo verificar as principais práticas de mensuração que vêm sendo utilizadas pelos Peritos Contadores no Brasil quando da apuração de haveres em processos judiciais em que a finalidade é a retirada de sócio, por vontade própria ou não. Os dados empíricos para a realização do estudo foram obtidos mediante a aplicação de questionário junto aos Peritos Contadores atuantes em processos de apuração de haveres. Dentre as conclusões verificou-se que não há uma padronização de procedimentos nem mesmo em relação às questões relatadas mais freqüentemente pela literatura e que existe uma preferência por procedimentos mais conservadores.

Congresso Brasileiro de Custos – 2010

UMA CONTRIBUIÇÃO A IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS DA QUALIDADE NA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL

Karina Zucolotto, Franklin dos Santos Moura

Este trabalho apresenta de uma forma geral conceitos e características sobre custos de qualidade, e a importância do gerenciamento desses custos na gestão empresarial. Em seguida são apresentados os conceitos e características do processo de perícia contábil judicial. A metodologia consistiu numa abordagem teórica sobre a identificação das etapas no processo onde ocorrem os custos da qualidade e da não qualidade destacando resultados, benefícios e sugestões.

Congresso Brasileiro de Custos – 2009

Perícia Contábil na Revista Brasileira de Contabilidade: Uma análise bibliométrica do período de 1992 a 2008

Ananias Francisco dos Santos, Rita Buzzi Rausch

O objetivo desta pesquisa é descrever e analisar as principais características bibliométricas dos artigos publicados na Revista Brasileira de Contabilidade no período de 1992 a 2008, na área de perícia contábil e atividades afins. Para atingir o objetivo proposto adotaram-se como universo da pesquisa todas as edições da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) publicada no período analisado, num total de 96 Edições da RBC. Destas, foi observado um total de 31 artigos publicados sobre o tema perícia contábeis e áreas afins. Utilizou-se como ferramenta de pesquisa a bibliometria, por se tratar de um procedimento eficaz na gestão da informação. Fora obtidos os seguintes resultados: 2000 foi ano em que mais se publicou sobre perícia contábil, houve predominância de autores masculinos, sendo que a área temática mais abordada foi Perícia Contábil, O livro, foi a bibliografia mais consultada nos artigos pesquisados. Destaque para Antonio Lopes de Sá o autor mais citado nas referências. Conclui-se que, em virtude de terem sido encontrados apenas 31 artigos no período analisado, o assunto de perícia contábil, não foi um dos mais pesquisados no meio acadêmico quanto no meio profissional.

Congresso Brasileiro de Contabilidade – 2008

AValiação DE EMPRESAS EM APURAÇÃO DE HAVERES JUDICIAIS

Carlos Felisberto Garcia Martins

O artigo apresenta os principais métodos de avaliação de empresas, com ênfase nos processos aplicáveis a apuração de haveres judiciais, onde se processa a resolução de sociedade em relação a um ou mais sócios. É apresentada a avaliação pelo método contábil com suas limitações. Em seguida são apresentados os fundamentos da avaliação por fluxo de caixa descontado, tanto o fluxo de caixa livre para os sócios, quanto o fluxo de caixa livre para a empresa. São apresentados o Balanço de Determinação em seus principais fundamentos, conceitos e metodologia de ajustes. É apresentado um breve relato sobre os intangíveis, inclusive o goodwill. O Balanço de Determinação, como ficará demonstrado, supera a maioria das limitações da contabilidade societária, podendo ser melhorado se apurado juntamente com os métodos de avaliação utilizados nas negociações de fusões e aquisições. A conclusão é de que, também na apuração de haveres, não existe melhor método, mas sim aquele que mais se adapta a realidade da empresa a ser avaliada, com intuito de buscar solucionar, de modo mais justo possível, o litígio objeto da avaliação. O balanço de determinação avalia os ativos líquidos individualmente ao valor de mercado, enquanto o fluxo de caixa descontado pode avaliar o conjunto patrimonial como um todo, revelando a efetiva capacidade de geração de lucros.

O MERCADO DE TRABALHO DA PERÍCIA CONTÁBIL

Jairo Silva Lima, Francisco José de Araujo

O objetivo deste trabalho foi discutir as atuais mudanças na Perícia Contábil e no seu mercado de Trabalho. Para atingirmos esse objetivo, procuramos detectar as principais modificações nesse Mercado, nas suas vertentes Judicial, extrajudicial e arbitral, buscando responder ao questionamento sobre quais são os impactos verificados das mudanças socioeconômicas sobre a Perícia Contábil e o seu respectivo mercado de trabalho. Essa resposta perpassa pela suposição de que em razão da potencial gama de técnicas e conhecimentos necessários ao eficaz desempenho da Perícia Contábil, devido a sua finalidade em aclarar aspectos financeiros e patrimoniais das entidades, a atual dinâmica irá ampliar a multidisciplinaridade e a relevância social dessa especialização contábil assim como ampliar o seu mercado de atuação. Com isso, adotou-se um estudo teórico identificando os fatores modificativos mais relevantes e estabelecendo um nexo causal com as transformações na Perícia e, como a partir desse trabalho pode-se contribuir para suscitar as discussões necessárias para solidificar a atuação no contador nesse segmento do mercado de Trabalho.

COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA DAS PROJEÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EM LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

Adriano Lourensi, Nadia Mar Bogoni, Marianne Hoeltgebaum, Amélia Silveira

As metodologias de avaliação de empresas são utilizadas como uma ferramenta de mensuração de valor. Assim sendo, o objetivo deste trabalho foi avaliar a consistência e a coerência do fluxo de caixa das empresas Acesita S/A, Cremer S/A e Servix Engenharia S/A, contidos em seus laudos de avaliação, verificando se as premissas utilizadas por essas empresas são as mais adequadas para projetar o seu fluxo de caixa. A pesquisa foi exploratória, com método qualitativo e quantitativo. A amostra foi intencional, de conveniência, por acessibilidade. Realizaram-se análise de regressão e análise dos componentes principais (ACP). Os resultados apontaram que o laudo da Acesita S/A, possui consistência. A Cremer S/A necessita reavaliar a utilização de algumas premissas de seu laudo. A Servix Engenharia S/A precisa reconsiderar a utilização de todas as premissas constantes em seu fluxo de caixa. O método adotado mostrou-se adequado para este tipo de avaliação.

Congresso Brasileiro de Contabilidade – 2004

ASPECTOS ÉTICOS RELATIVOS À ATIVIDADE PERICIAL CONTÁBIL

Ana Maria De Oliveira Rosa

Dentre as especializações das ciências contábeis, a perícia contábil – judicial, semijudicial ou governamental e a arbitral - desponta como uma das que apresenta melhores oportunidades de crescimento no mercado brasileiro. Isto se deve ao fato de que o trabalho pericial contribui, de forma relevante, para a apreensão das provas necessárias ao deslinde de uma questão. A perícia continua ocupando um espaço muito importante na justiça e tende a aumentar ainda mais, tendo em vista que o exercício da cidadania passou a ser exercido de modo mais decisivo pelos que aqui vivem. Também, fortemente influenciados pelos sucessivos planos e medidas econômicas editadas pelo governo que geram, na sua aplicação, no presente ou em futuro próximo, a busca de reparação por parte daqueles que se viram prejudicados por essa ou aquela medida tende a alargar os horizontes da atividade pericial. Os conflitos de interesse constituem, quase sempre, os motivos básicos para a realização da prova pericial, mediante a qual as partes envolvidas no litígio buscam restabelecer a verdade e as circunstâncias julgadas viciosas ou lesivas, estabelecendo condições para que prevaleça o justo, segundo o direito objetivo, com aplicação de princípios científicos da contabilidade. Os deveres e obrigações do perito estão acima dos deveres particulares, exigindo dele um comportamento ilibado, exemplar. O perito contábil deve saber primeiramente o dever em si, seus efeitos e valores para depois conhecer os deveres dos outros – partes envolvidas e magistrado - em relação a ele.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DE UM LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

Carlos Alberto Serra Negra; Elizabete Marinho S. Negra; Marco A. Amaral Pires;
Mariano Yoshitake; Nourival De Souza Resende Filho

Atualmente se verifica uma literatura sobre perícia que até o ano de 1995 não existia. Os autores demonstram os procedimentos que o profissional deve desenvolver para apresentar de forma mais técnica o conteúdo de um laudo pericial. Em adição a este material bibliográfico, na busca de interagir o conteúdo apresentado pelos autores, se apresenta a experiência obtida em centenas de trabalhos desenvolvidos sempre na condição de Perito do juízo em forma organizada de um plano-seqüência, para ao final, além de sugerir as etapas como elaborar metodologicamente um laudo pericial para fins judiciais, apresentar um exemplo de um laudo.

JUROS NA TABELA PRICE – UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA PERÍCIA CONTÁBIL

Elizabete Marinho Serra Negra
Marco Antonio Amaral Pires

A expressão Tabela Price é o uso corrente no Brasil do empréstimo amortizável pelo sistema de amortização progressiva com prestações iguais e sucessivas, sem carência. Com o advento da Resolução n.º 978/03 do Conselho Federal de Contabilidade, o profissional contábil deve fazer constar conclusão técnica daquilo que observou acerca da matéria contábil periciada. Não podendo se esquivar da responsabilidade que a função pericial exige quanto ao esclarecimento do conteúdo científico alheio ao magistrado. Nos limites do trabalho tecnológico do contador, deve ser exposto o entendimento contábil, utilizando os instrumentos disponíveis para o estudo da Ciência Contábil, examinando-o através da matemática, da semântica das palavras e a epistemologia sistêmica dos fenômenos patrimoniais resultantes do tema em estudo. Procura-se evidenciar que a fundamentação que se alicerça toda a doutrina jurídica na identificação da capitalização de juros parte do pressuposto da utilização de expressão matemática que se utiliza juro composto. A manifestação dos advogados está sempre ligada a condição da verificação nos contratos em discussão da existência da usura e da capitalização dos juros. Os autores citados no trabalho afirmam que os critérios de juros simples e compostos dizem respeito somente à formação do valor dos juros no final do período contratado para o seu pagamento. O trabalho utiliza diversas tabelas e as fórmulas para a demonstração da formação da prestação e dos juros incorridos, procurando desvincular as expressões de juro composto com capitalização de juros utilizada na retórica dos advogados que argumentam sua correlação. Ao término, traz conclusões sobre a busca da quebra de paradigma do discurso competente.

A QUALIDADE DO LAUDO NA PERÍCIA JUDICIAL CONTÁBIL

Claudia Reis Barbalho, Everaldo Luiz de Oliveira

Este artigo tem por finalidade demonstrar a importância da Perícia Judicial Contábil, referente ao suporte instrumental que oferece ao Poder Judiciário no sentido de solucionar os conflitos quando esses estão relacionados com questões técnicas de ordem patrimonial. Procura-se mostrar a importância da prova dentro de um processo como princípios legais utilizados pelas partes na solução das controvérsias. Apresenta ainda o resultado de uma pesquisa sobre a prova pericial bem como a importância da qualidade na elaboração de um laudo, seguindo as determinações e orientações emanadas nas normas, princípios e na Doutrina que disciplinam o assunto. Alguns conceitos sobre perícia judicial contábil e perito são apresentados, além dos requisitos recomendáveis para o exercício dessa especialidade dentro da Ciência Contábil. Finalizando o artigo mostra os requisitos necessários para uma perfeita qualidade do laudo pericial contábil, quando se evidencia a necessidade do respeito a aspectos mínimos na elaboração dessa peça técnica de natureza científica. Por fim, é feita uma análise da qualidade dos laudos apresentados perante diversas varas da Justiça Federal de primeira Instância no Estado de Pernambuco e Justiça Estadual, Vara da Fazenda, também em Pernambuco.

ATUAÇÃO DO PERITO CONTADOR NAS VARAS CÍVEIS DE NATAL/RN – UMA ABORDAGEM ÉTICA E SOCIAL

Joana D'arc Medeiros Martins; Adriana Isabel Backes Steppan; Aneide de Oliveira Araújo

Este trabalho é resultado de um estudo teórico-empírico na área de Perícia Contábil, que teve como objetivo evidenciar as funções do perito contador e do perito contador assistente. Sua execução teve como ponto de partida a revisão da literatura e documentos legais que fundamentaram um estudo empírico em oito varas cíveis da esfera federal e estadual, localizadas na Cidade de Natal/RN, com a preocupação de orientar um trabalho pericial de qualidade desde a nomeação do perito até a apresentação do Laudo Pericial. A Perícia Contábil é uma área profissional que exige qualidade intelectual e, principalmente, moral, pois para ser exercida, requer profundo conhecimento da ciência contábil assim como integridade moral e ética. Trata-se de uma atividade, relativamente nova, do ponto de vista legal, que no Brasil somente foi regulamentada em 1992 através das resoluções 731 e 733, reformuladas em 1999 através das resoluções 857 e 858 do Conselho Federal de Contabilidade.

LAUDO PERICIAL CONTÁBIL: FERRAMENTA FUNDAMENTAL NA TOMADA DE DECISÃO DO MAGISTRADO

Regina Aparecida Neumann, José Carlos Melchior Arnosti

Desde tempos imemoriais as divergências existem, são inerentes ao ser humano. Desde tempos imemoriais existia a necessidade da utilização do conhecimento para decidir essas divergências. A Perícia nasce com a civilização. Sempre embasada na figura mais poderosa e inteligente das sociedades. A Perícia Contábil surge da necessidade de se utilizar especialistas em determinados assuntos que fugiam do domínio de quem decide as lides. A necessidade de profissionais qualificados na elaboração do que se conceitua Laudo Pericial Contábil, torna-se fundamental em virtude de valores estarem envolvidos e, que podem causar prejuízos às partes envolvidas. Em épocas passadas não era o conhecimento do profissional tão necessário, hoje é uma questão de sobrevivência profissional. A interdisciplinaridade e a amplitude da Contabilidade nos meios sociais são fatores primordiais ao sucesso do Perito Contábil. A vastidão da aplicabilidade da Ciência Contábil no patrimônio das entidades e das pessoas naturais seja no aspecto qualitativo ou quantitativo, em fatores estáticos e dinâmicos, não permitem ao profissional envolvido a falta de qualificação devida, em virtude da complexidade das tantas situações que envolvem a Contabilidade. Faz com que o Perito Contábil tenha tanto o conhecimento técnico da matéria, como o processual, para atuar como assistente do judiciário. A principal peça elaborada pelo Perito Contábil é o que se conhece como Laudo Pericial Contábil. Neste relatório é exposta com clareza e objetividade a observação dos estudos realizados a respeito da matéria em questão e que servirão de suporte à decisão do magistrado na decisão das lides.

ANÁLISE DA REAVALIAÇÃO DE ATIVOS E SEUS ASPECTOS EM RELAÇÃO AO ANTEPROJETO DE LEI 6404/76

Fernando Batista Coutinho Filho, Alan Aparecido Siqueira Souza

O presente artigo tem por objetivo de investigar e analisar a técnica de Reavaliação de ativos, com ênfase nos aspectos polêmicos e discussões no cenário contábil contemporâneo. As discussões deste tema relacionam-se também com a necessidade de adequação da Lei 6.404/76, à nova realidade econômica do Brasil, inserido no mundo que se transforma em território de todo o mundo marcado pela globalização. Assim, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apresentou no ano de 1999 um anteprojeto de reformulação dessa Lei ao governo, propondo alterações na matéria contábil com objetivo de adequá-la aos novos tempos. Uma das alterações propostas envolverá o âmbito da reavaliação de ativos, objeto desse artigo. Desse modo, o anteprojeto de lei 6.404/76 é analisado e, apresenta em sua redação, aspectos que justificam a questão da proibição da reavaliação espontânea de ativos. A técnica de reavaliação tem como objetivo evidenciar o patrimônio da empresa, de forma mais próxima aos valores de mercado. De um lado, destacam-se os principais pontos positivos da reavaliação: com a reavaliação dos ativos, as empresas melhoram a posição patrimonial, análises de mercado, capacidade de empréstimos junto as instituições financeiras e aproxima mais o ativo permanente do

valor de mercado. Por outro lado, a reavaliação apresenta alguns pontos negativos: a empresa apresenta um resultado de um determinado período negativo ou seja, um prejuízo. E nesse mesmo período, reavalia seus ativos por um valor maior que o resultado encontrado no período e conseqüentemente o patrimônio líquido da empresa terá um acréscimo. Outra limitação decorrente desse processo é a comparação do balanço reavaliado com o de outras empresas do mesmo ramo, devido à mudança de critérios de mensuração de ativos. Na busca de um maior entendimento sobre o assunto, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, estudo de uma visão geral sobre a técnica reavaliação de ativos nas empresas, assim como conceito e formas de mensuração. Em seguida, a abordagem técnica e procedimentos para a reavaliação de ativos, conforme a legislação societária vigente. Ressalta-se as vantagens e desvantagens da reavaliação de ativos. Baseando-se na análise das discussões vistas no decorrer deste artigo, entende-se que as vantagens oferecidas por esta técnica, superam as desvantagens e é neste sentido que se colocam favoráveis a ela. A reavaliação é benéfica para as empresas, uma vez que no Brasil apesar da aparente estabilidade, há necessidade de correção dos valores dos ativos, e principalmente aquelas empresas que surgiram em períodos de grande inflação, ou seja, antes de 1994. Deste modo acredita-se que uma possível proibição desta técnica seria uma incoerência.

A PERÍCIA CONTÁBIL É PROFISSÃO?

Paulo Cezar Ferreira De Souza

A perícia contábil é realizada pelo profissional de contabilidade. É, na realidade, uma das atividades exercidas pelo contador da mais alta relevância e que exige uma imensa gama de conhecimentos, não só da própria contabilidade, como também de outras ciências afins, além de uma atitude ética irrepreensível. O contador, quando no exercício da função de perito, tem a obrigação de envidar todos os esforços possíveis em busca da veracidade dos fatos, transcrevendo no Laudo Pericial os resultados que obteve do exame realizado, procurando agir sempre com o máximo de independência e absoluta ética. A perícia contábil é uma atividade ou função, nunca pode ser encarada como profissão. Há ainda muitos problemas e obstáculos a serem vencidos pela classe contábil para que a perícia contábil, principalmente, a judicial, possa ser executada com maior rigor científico e técnico. Dentre desses problemas, um dos maiores é a remuneração do perito. Este trabalho realizou uma pesquisa entre profissionais que atuam em perícia há longos anos, com a finalidade de identificar estes problemas que atrapalham o desenvolvimento da perícia.

Controladoria e Finanças UFSC – 2011

Perícia patrimonial: aderência das diretrizes curriculares dos cursos de graduação em ciências contábeis, ciências econômicas e administração de empresas para o desenvolvimento de perícias.

Idalberto José das Neves Júnior e Brenna Sâmmya Alves da Costa

Divergências de percepções e opiniões são naturais entre os seres humanos e comuns em litígios relacionados ao conjunto de bens, direitos e obrigações (patrimônio) das pessoas e/ou entidades. Muitas vezes, esses litígios resultam em demandas judiciais onde a perícia patrimonial tem a função de oferecer opinião, mediante questão proposta, auxiliando o magistrado com informações técnicas. Para que o profissional esteja amparado legalmente para atuar como perito patrimonial, o mesmo deve possuir conhecimento dos aspectos constitutivos do patrimônio. Aspecto de destaque para pesquisa e a relação intrínseca das áreas de Ciências Contábeis, Econômicas e Administrativas para a formação do perito patrimonial. Diante disso, essa pesquisa propõe discutir qual a aderência das diretrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis, Economia e Administração para a formação do perito patrimonial. Para tanto, procurou-se delimitar o perfil do perito e identificar nas diretrizes curriculares dos cursos a sua correlação com o exercício da função pericial patrimonial. Nos estudos realizados, pôde-se verificar o quanto as instituições de ensino superior estão preparando seus aprendizes para o exercício da função pericial. Os resultados revelaram que dos 20 requisitos do perfil do perito avaliados em cada curso, teve-se entre os requisitos encontrados: 19 em Contabilidade, 8 em Economia e 15 em Administração.

Controladoria e Finanças UFSC – 2007

O uso de atividades lúdico-pedagógicas no ensino da perícia contábil

Joseilton Silveira da Rocha, Marcia Mineiro de Oliveira

Ao professor universitário demanda-se que ele domine um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas científicas e elas devem estar em ação com o intuito de levar o educando a uma progressiva autonomia na busca pela aprendizagem e no desenvolvimento da capacidade de reflexão. Com o objetivo de identificar como o uso de técnicas lúdico – pedagógicas no ensino da disciplina Perícia Contábil atua na vida acadêmica dos discentes buscou-se na pesquisa científica de *survey*, com abordagem dedutiva, teórico-empírica, descritiva, apoiada em revisão bibliográfica e eletrônica, observação assistemática, que teve como instrumento de coleta o questionário, um caminho para alcançar tal fim. A revisão teórica abroda a história da perícia contábil e sua conceituação, os tipos de perícia, o perfil do perito, o ensino da perícia, as tendências pedagógicas, a relação ensino x aprendizagem, dificuldades do ensino superior e a pedagogia e técnicas lúdico – pedagógicas. Este artigo apresenta o resultado do levantamento perante os discentes sobre a utilização da pedagogia lúdica, abordada de forma prática a aplicação de técnicas lúdico –

pedagógicas aos conteúdos ensinados no curso de Ciências Contábeis, na disciplina Perícia Contábil, e apresenta os resultados no ensino e na aprendizagem e na vida dos discentes. A leitura desta material se justifica por poder se refletir em contribuição ao ensino no curso de Ciências Contábeis, na disciplina Perícia Contábil podendo ainda ser replicada para outras disciplinas e outros cursos. Certificou-se de que o uso de atividades lúdico – pedagógicas influencia positivamente na vida acadêmica dos discentes.